

historia: fronteiras



Vol. II

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)

Volume II



História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

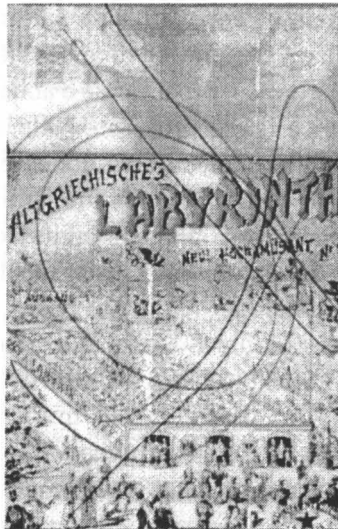
1999

AS ÁFRICAS CARIOCAS E SUAS FRONTEIRAS CULTURAIS

Marilene Rosa Nogueira da Silva
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

*Ver é por princípio ver mais do que se vê, é
aceder a um ser latente. O invisível é o rele-
vo e a profundidade do visível.*

Merleau Ponty



A imagem do Labirinto foi selecionada como chave para abrir este texto. Ela reflete de maneira exemplar os modos de ver de um tempo, expressando no ato do perder-se constante, a característica essencial da cidade capitalista.

Ao cidadão Dr. Prefeito e mais membros da Intendência Municipal. Rocha Ângelo, morador a rua Fresca nº 5 na Freguezia de São José, requer licença para colocar na Praça de D. Pedro em São Christóvão, pelo tempo de seis meses, um Labyrinto para divertimento público, conforme a planta junta daqui. Capital Federal 3 de novembro de 1891.

Alfredo W. do Nascimento. (Despachante Municipal)¹.

O cidadão Ângelo Rocha, no documento acima, oferecia à população carioca um mergulho em dois tempos, conjugando os mitos do labirinto cretense da Antigüidade Clássica ao da modernidade capitalista. O pedido de licença, acompanhado por um cartaz que apresenta os avanços das técnicas do reclame ilustrado, junta imagem e texto em nome da sedução.

A imagem do labirinto que abre esse texto simbolizaria a transposição de obstáculos, a tentativa de encontrar caminhos, procedimentos que tipificariam a estrutura burocrática do jogo do poder. Na imagem – propaganda do cartaz, apresentado em 1893 à Intendência da Higiene – a diversão não estaria limitada apenas ao ato do perder-se, procurar-se e achar-se, porém à própria exibição pública desse processo. Nele, ator e espectador podiam alternar-se no espetáculo. O documento, ao exibir um público branco, bem vestido, circulando pelos jardins labirínticos, procurava demonstrar o grau de civilidade do empreendimento, expondo o desejo de uma cidade ideal, povoada por um povo também idealizado.

Acredito que os senhores a essa altura devam estar se perguntando, e daí? O que isso tem a ver com as “Áfricas Cariocas” e suas complexas fronteiras culturais que em minha pesquisa estou denominando de “Áfricas Invisíveis”? Título, epígrafe e imagem sugerem o caminho seguido pelo meu raciocínio. O título pode suscitar uma certa contrariedade ao observador da atualidade, íntimo da presença africana na definição e redefinição da cultura plural brasileira. Como falar em Áfricas Invisíveis frente a essa visibilidade cotidiana, escandalosa e irrefutável?

Interessante indagar qual o tipo de visibilidade que estaria presente, sem nenhuma inocência, no senso comum. Uma visibilidade biológica, com todos os seus matizes e gradações, indo do

marrom bombom, chegando ao moreno claro, nunca se fixando no negro, seria a resposta mais adequada. Em pesquisa nacional feita pelo IBGE em 1976 por amostras de domicílios surge um total de 136 auto-denominações, comprovando a riqueza da coloração brasileira.

As visibilidades ou as invisibilidades são forjadas ideologicamente, logo, sendo filhas de um tempo, resultantes de um determinado processo histórico. Essa afirmação plena de obviedade acaba se perdendo na própria cotidianidade. O cotidiano, na maioria das vezes, não é tematizado, sendo regido por uma espécie de economicismo instaurado pela ação e reação, de uma maneira expontânea, criando e recriando soluções emergenciais para as situações também emergenciais do viver. Nas ações pragmáticas do cotidiano os riscos são constantes, não havendo tempo nem espaço para as teorizações daqueles que as vivenciam. É no olhar do outro, distanciado, que chegamos aos registros de um determinado cotidiano estrangeiro, muitas vezes estereotipado pela ausência do exercício da alteridade. As grandes ações não cotidianas, contadas nos livros de história, partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica, precisamente, graças ao seu posterior efeito na cotidianidade. A esse respeito é exemplar a imagem suscitada pela parábola de Kafka, recuperada por Hannah Arendt:

O homem tem dois adversários: o primeiro acossa-o por trás, da origem. O segundo, bloqueia-lhe o caminho à frente. Ele luta com ambos. Na verdade, o primeiro ajuda-o na luta contra o segundo, pois quer empurrá-lo para frente, e, do mesmo modo, o segundo o auxilia na luta contra o primeiro, uma vez que o empurra para trás. Mas isso é apenas teoricamente. Pois não há ali apenas os dois adversários, mas também ele mesmo, e quem sabe realmente de sua intenções?²

Vivemos nessa luta constante entre dois adversários - o passado e o futuro. Entre eles se instaura um presente que, numa perspectiva dialética, não pode ser analisado isoladamente. Essa explanação serve de mote para voltarmos ao título, mais especificamente, à epígrafe que o acompanha, chamando atenção para o quanto podem ser enganadoras as imagens. O ato de ver não

está isento, não basta termos os sentidos da visão, é necessário compreendermos o que vemos, ou seja, que estarmos imersos numa determinada cultura.

Nesse momento, duas falas tomam posse de meu texto. Duas narrativas de tempos, lugares e objetivos diferentes confrontam-se e, no próprio confronto, complementam-se. Na primeira, são os ecos dos estudos do antropólogo Oliver Sacks³, em seu compromisso não com as patologias, com mundos diferentes e estranhos para nós. Descreve o autor a história de um paciente cego de nascença que na maturidade recupera a visão. Esse sentido estranho traz para ele desequilíbrio e angústia. Seu mundo e sua sensibilidade não passavam pela visão. As imagens nada representavam para ele. Muito pelo contrário, elas lhe levaram a um supremo desespero.

Na segunda narrativa, José Saramago, em seu *Ensaio sobre a Cegueira*⁴, reproduz uma situação diferente, embora discutindo a mesma questão, ou seja, a tirania da nossa cultura visual. Vivemos tão imersos nela que, lentamente, perdemos os outros sentidos. A cegueira que acomete toda uma cidade expõe com requintes terríveis as várias faces da crueldade humana que se desenvolve a partir dessa situação inesperada

A imagem do labirinto pode até parecer inocente, entretanto, ela denuncia que na cidade republicana não havia espaço para as múltiplas Áfricas, habitadas pelos herdeiros de um passado deixado sem nenhum testamento – os ex-escravos, filhos bastardos de um tempo que se desejava apagar. Nos labirintos da burocracia republicana, silenciam-se as vozes dos negros transportadores das riquezas, das pessoas, dos dejetos, das ganhadeiras, quituteiras que alimentavam os trabalhadores, escravos ou não, no centro da cidade.

Em cada esquina e ruela da cidade no tempo de suas majestades, essas Áfricas Cariocas sobreviviam sob a tolerância da Câmara Municipal. Nelas podia se observar a representação simbólica da África-Mãe, provedora e garantidora da humanidade tão aviltada pela coisificação da escravidão. Assim, nos labirintos da cidade imperial, os africanos e afro-descendentes mapeavam nos seus corpos os caminhos para a África perdida de cada

um, cicatrizes de uma idealizada identidade cultural. Situação tão bem retratada pelas aquarelas dos viajantes e cronistas, como também pelas conquistas da fotografia, a princípio dos daguerreotipistas e depois, com as novas técnicas multiplicadoras das cópias do negativo que barateava os custos, possibilitando o alcance da população. Os grandes proprietários também fotografavam sua família e seus escravos, especialmente trajados para a ocasião. A pose e a montagem de estúdio que se destacavam nessas fotos eram formas de exibição de poder. A fotografia associada à cartofilia, expressando a necessidade de visibilidade individual ou coletiva, dava *status*, comprovava viagens, enviava lembranças, parabenizava. A indústria da cartofilia, aproveitando-se da curiosidade despertada pelos escravos urbanos, reproduzia-os como objetos de propaganda do exotismo do país. Esta prática, a seu turno, era condenada pelos intelectuais da época, por reforçar a imagem do Brasil como terra de selvagens.

A república tentou destruir essas espacialidades, pois reconhecia como perigosas para o sonho cosmopolita de modernidade. Foram elaboradas pela burocracia municipal da República formas violentas de repressão, sistematizadora de uma competente reexclusão. Um processo kafkaneano foi montado, o julgamento feito, a execução decretada. O negro foi considerado geneticamente criminoso e o mestiço um degenerado. A cidade precisava ser resguardada dessa ameaça que a abolição provocara. Ergue-se um muro de leis, onde se confinam negros e estrangeiros, de forma a estimular seu exílio do centro da cidade e, se possível, do próprio país.

Foi demolida a velha cidade colonial e, juntamente com as suas ruelas, os espaços da memória. São traçados novos mapas que permitem a circulação do povo escolhido, representantes do progresso da cidade, que cresce sob os auspícios do capital inglês. Os excluídos da urbe sobem os morros, constroem novos quilombos em sua versão urbana, elaboram micro-resistências cotidianas ao autoritarismo republicano e tecem nas brechas oferecidas pelo próprio sistema as condições da sobrevivência.

A África Carioca representaria, portanto, uma das múltiplas espacialidades heterotópicas que compunham a cidade. Hetero-

topia, espécie de “alepho” da linguagem fantástica borgiana, definido por Foucault como sendo:

capaz de superpor num único lugar real diversos espaços, diversos locais que em si são incompatíveis (...) eles tem uma função em relação a todo o espaço restante. Essa função desdobra entre dois pólos extremos. Ou seu papel consiste em criar um espaço de ilusão que expõe todos os espaços reais, todos os lugares em que se divide a vida como ainda mais ilusórios...⁵

O espaço que vivemos, no qual ocorre o desgaste de nossa vida, nossa época e nossa história é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, não vivemos numa espécie de vazio dentro do qual podemos situar indivíduos e coisas. O espaço é visto não apenas como cenário, porém, em sua complementaridade dialética de concepção, apropriação, elaboração temporal e cultural, refletindo pressupostos teóricos e formas de observação construídas no cotidiano das pessoas de um modo geral. Não se pode ver nem o tempo, nem o espaço, mas eles são percebidos em suas múltiplas configurações na relação direta dos homens com a natureza e, especialmente, com o poder que o conforma, explicita e define.

772

O espaço que nos interessa nesse estudo não diz respeito somente à limitação geográfica, mas a uma nova visão geográfica na qual há uma reafirmação do espaço na teoria social e crítica, na *práxis* política. Espaço que se torna visível quando são estabelecidos limites político, social ou cultural. Os aglomerados urbanos, como espaço específico, estão sujeitos às normas de circulação apreendidas das experiências acumuladas no cotidiano. Todas as transformações, por menores que sejam, sempre exigem reciclagens conflituosas. Assim sendo, modificar o espaço representa, concomitantemente, uma reorganização de suas normas de circulação e, principalmente, de sua apreensão.

Estes pressupostos ideológicos são responsáveis pela invisibilidade que se impõe às Áfricas Cariocas. Como elaborar essa História dos silêncios, ou mesmo dos silenciamentos? Que tipo de fonte possibilita o prescrutar-se sobre essas reexclusões, na medida em que o discurso do poder municipal republicano, em sua lógica de extermínio simbólico, procurou apagar as trilhas

da memória? Como recuperar esse tempo e, em especial, essas fronteiras culturais?

O projeto em questão está imerso no espetáculo mambembe da teatralização da cidadania. Espetáculo que, segundo a análise de Guy Debord, não seria um conjunto de imagens, mas se estabeleceria numa relação social entre pessoas, mediada por imagens. Imagens que, no caso da cidade do Rio de Janeiro na primeira república, tentariam configurar uma cidade branca, civilizada e moderna. Assim, é preciso buscar outras visibilidades, afinar as ferramentas metodológicas, deixar fluir a sensibilidade do historiador, que tal um afásico não se prenderia somente ao sentido explícito da palavra, porém aos ritmos culturais, aos significantes historicamente elaborados. Nesse caminho, a presença ou a ausência das fontes em determinado arquivo não deve desanimar o estudioso, muito pelo contrário, elas evidenciam uma lógica das relações de poder existentes. As ausências, portanto, estão plenas de sentidos.

A ausência da cor, por exemplo, que se impõe nos censos populacionais republicanos e a sua identificação nos elementos perigosos do considerado mundo da desordem, povoado por loucos ou criminosos, são indícios interessantes. O registro comprovaria a presença de uma *théorien*, um modo de olhar produzido num determinado tempo, de um darwinismo social expresso por Cesare Lombroso, orientador do nosso sistema de repressão. Apesar da incompetência científica dessas reflexões já terem sido exaustivamente debatidas, elas continuam a povoar o imaginário social contemporâneo.

As fontes produzidas pelos agentes municipais do poder republicano, ou seja, as Intendências da Higiene e da Justiça, construtoras dos discursos normatizadores e da ação repressora daqueles que destoavam das regras do bom viver na cidade reformada, possibilitou-me chegar às indesejadas Áfricas Cariocas. “Herdeiros do Ganho” é a maneira pela qual eu denomino a população urbana dos ex-escravos, reutilizando-me de uma terminologia encontrada na documentação produzida pela Câmara Municipal no período da Monarquia, para caracterizar e contro-

lar as atividades dos escravos e escravas, carregadores e vendedores que circulavam, com a devida licença, pelas ruas da Corte.

Na reconstituição das heterotópicas “Áfricas Cariocas” e suas fronteiras culturais, além dos textos, a fotografia apresenta-se como uma importante fonte. É o olhar do Poder. Porém, o quê esse Poder olha? Como olha? E, principalmente, por quê olha? São questões norteadoras da pesquisa iconográfica. Proponho, um olhar para o foco da objetiva – que sabemos nada ter de objetiva – de Augusto Malta (1903-1936), em sua dupla função de fotógrafo oficial da Prefeitura e jornalista. Cerca de 900 imagens, de um conjunto de 2500, produzidas por ele e seu filho Aristóton Malta (1936-1940), foram analisadas. Nelas pode-se acompanhar passo a passo as transformações sofridas pela capital. Imagens do espetáculo do bota-abaixo, das inaugurações das obras, das inúmeras festas organizadas pelo poder municipal e federal, dos flagrantes do cotidiano tais como: as ressacas, os desabamentos e enchentes, os *meetings*, a revolta popular da Chibata, a queima de quiosques, as favelas e seus habitantes, o comércio ambulante com seus tipos populares que circulavam pelo Centro da cidade, além das diversões públicas.

774

A paixão pela fotografia faz com que Augusto Malta extrapolasse suas funções e, conjugando o olho mecânico do poder com o olhar do *flâneur*, registra as imagens da cidade ideal, expondo também os contrastes das outras repúblicas cariocas e o seu povo indesejado. Imagens percebidas com toda a carga de valoração implícita naquele que controla o olho mecânico, porém, que não consegue fugir do aspecto indiciário de uma realidade captada na foto. Esse processo acaba documentando o que se desejava apagar: os flagrantes do conjunto do chorões, junto a uma birosca no morro da Favela; o doceiro no Morro Santo Antônio; as crianças que não participam da festividade, na Escola Bartolomeu Mitre no Morro do Pinto.

Procurei sair do foco da máquina, percorrendo as bordas da fotografia e, numa espécie de *Blow Up*, busquei os herdeiros do ganho. Eles surgem nas imagens de maneira acidental, ou então, como uma exibição pública e posada da população pobre e peri-

gosa que habitava os cortiços e estalagens, justificando a ação das picaretas redentoras do progresso.

Ao direcionar meus estudos para a análise das condições de vida dos ex-escravos na cidade do Rio de Janeiro, procuro escapar das armadilhas ideológicas que acabam reforçando os estereótipos que sempre os relaciona à malandragem, aos prazeres sagrados ou profanos. Não pretendo buscá-los apenas nos arquivos policiais, nem somente nos terreiros de candomblé ou na subversão anual do carnaval. Pretendo demonstrar que, ao contrário do que a historiografia sobre o período reforça, o mundo do trabalho, agora desescravizado, não seria apenas dominado pela figura do imigrante, síntese de todo um projeto do embranquecimento salvador da nação brasileira. Os herdeiros do ganho disputam trabalho, tarefas e ofícios com os imigrantes, sobretudo em determinadas áreas e funções, como por exemplo na Sociedade de Resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café na região do Porto, até então reduto tradicional dos grupos de trabalhadores negros e mulatos da área da Saúde. Trabalhando na estiva, carregando mercadorias, ou na condição de vendedores ambulantes, eles continuaram, mesmo que de maneira “invisível” para os olhos dos agentes da cidade idealizada, a cadenciar os ritmos de vida da capital

A Gamboa, a Saúde, a Cidade Nova, o Santo Cristo, a Cidade Nova, a Praça Onze representavam dentro do Rio de Janeiro as nossas cidades invisíveis, descritas pela ficção de Calvino, em suas viagens por uma geografia fantástica de simbologias, de cidades que comportam outras dentro de seus limites⁶. Ela surge na pesquisa tanto no tempo da normalidade cotidiana, como também no tempo das subversões, como o carnaval. “Ó abre alás que eu quero passar” (criado em 1894 por Chiquinha Gonzaga, para o Cordão Rosa de Ouro), era o grito de guerra que invadia as ruas com sua loucura, subvertendo a ordem estabelecida, construindo um novo código. Por essa ocasião, os miseráveis da cidade transformavam-se em reis e rainhas de um reinado onde todos os sentimentos estavam presentes no entusiasmo da folia, como, por exemplo, nos Cordões, originários das festas de Nossa Senhora do Rosário ainda no tempo dos Vice-Reis, que conse-

guiram manter vivos os *Afoxés-Africano*. Cada Cordão tinha sua diretoria, dois fiscais para as danças, dois mestres-sala, um mestre do canto, dois porta-machados e um *achinagu* ou homem que vinha na frente ricamente vestido.

Na geografia da malandragem de Heitor dos Prazeres, as Pequenas Áfricas⁷ são espacialidades historicamente construídas, visíveis nas charges, nas modinhas carnavalescas, enfim, nos testemunhos involuntários das múltiplas simbologias religiosas, nas crônicas detalhadas do cotidiano carioca. Elas surgem como estruturas, estruturadas e estruturantes, da lógica do viver, quando se enfrentava a seriedade burguesa com a comicidade do riso, da piada, do jogo de cintura. Duas reportagens de João do Rio nos permitem chegar mais perto dessa lógica da sobrevivência. A primeira nos introduz “No Mundo dos Feitiços” e a segunda nos “Livres Acampamentos da Miséria”.

A própria temática da reportagem denuncia o que as fontes oficiais procuravam esconder, ou seja, que a capital da república ainda era uma África. A religiosidade afro-brasileira é notícia, faz parte do cotidiano dos mais diferentes grupos sociais. O texto oferece um mapeamento das áreas de atuação, das táticas de sobrevivência, do jogo de poderes, dos conflitos tão comuns do dia-a-dia de uma cidade grande. Os saberes do feitiço estabelecendo hierarquias, controlam e redefinem espaços, subvertendo e reinventando novos poderes. A magia do desconhecido alimenta o medo que a famosa “gagau da África” produzia nos diferentes grupos sociais. Um paradoxo fantástico se estabelece nessas tramas cotidianas, explicitando uma “microfísica da resistência” e exemplificada de forma magistral por Antonio, um esperto moleque que estudou em Lagos, e que conduzia o autor pelos labirintos das Áfricas cariocas, chamando a atenção para o caleidoscópio de pequenas nações: são igesá, oié, aboum, haussá, itaqua, ou se consideram filhos dos ibouam, ixaú, dos gege e dos cambindas. O eubá para o africano é como inglês para os povos civilizados. Quem fala o eubá pode atravessar a África e viver entre os pretos do Rio⁸.

Vale ressaltar que estamos em 1904, sendo assim, João do Rio passava pelas ruelas da velha cidade colonial, ainda não

destruída pelo bota-abaixo de Pereira Passos. Mais especificamente, o autor circulava pelos becos das antigas freguesias de Santana (14^o), Santa Rita, Santo Antonio (12^a), São José (5^o), renomeadas pelo poder municipal em Distritos. O projeto burocrático republicano separa Estado e Igreja, logo, não cabia mais a divisão administrativa da cidade centralizada na velhas paróquias. Os novos Distritos uniam pela pobreza de seus habitantes, locais onde proliferavam a insalubridade nos famosos cortiços ou estalagens (citados como sinônimos na documentação da época). Em 1888 46.680 pessoas habitavam os 18.688 quartos dos 1331 cortiços distribuídos nas freguesias de Santana e Santo Antônio. Para avaliar o número de casas de cômodos existentes na capital, basta assinalar que só na Rua da Misericórdia, distrito de São José, havia 16 casas de cômodos em 1894. No distrito de Santana coabitavam a miséria e os representantes dos poderes federais e municipais tais como: o Ministério da Guerra, Casa da Moeda, Inspetoria de Obras Públicas, Quartel Central do Corpo de Bombeiros, o Senado Federal, A Casa da Moeda e a Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil.

777

São José, outra das freguesias centrais do Rio, tendo se desenvolvido em torno do Morro do Castelo, foi também local de grande concentração de casas de cômodos de uma população pobre que buscava ficar perto do Mercado e do Porto, além de ser abrigo de fumadores de ópio e de feiticeiros. Nesse distrito, localizava-se o Morro de Santo Antônio, um dos primeiros Morros da cidade a serem ocupados no século XIX.

Compreendendo as Ruas dos Inválidos, Marrecas, Lavradio, Resende, entre outras, na atual Lapa, tematizada pelo autor na segunda reportagem de 1917, quando observa as permanências do abandono nos “Acampamentos da Miséria”.

(...) Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? O certo é que hoje há, talvez mais de quinhentas casas, cerca de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá em cima...A grande artéria da urbes era precisamente a que nos atravessávamos. Dessa partiam várias ruas estreitas, caminhos curtos para casinhotos oscilantes, trepados uns por cima dos outros. Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida na estrada do Ar-

raial de Canudos, ou a funambulesca idéia de um vasto galinheiro multiforme... E quando cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia iluminada, imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos (...) De repente lembrei-me que a varíola cairia ali ferozmente, que eu talvez tivesse passado pela toca dos varilosos. Então apressei o passo de todo (...)⁹

Como vimos, a cidade foi dividida e redividida, atendendo às prerrogativas de controle, quer seja em nome das normas sanitárias, administrativas, de arrecadação, ou de fiscalização do processo eleitoral. O governo traçava novos limites, modificava os nomes das ruas. O recadastramento das casas impunha uma nova leitura do espaço, no qual a forma de notação surgia de modo mais individualizado, quantificado e impessoalizado, fato que descaracterizava toda uma prática social de leitura do espaço, na qual a demarcação espacial e social se fazia sempre no sentido de gradação ou hierarquia, entre centro e periferia, “dentro” e “fora”.

778

No mundo das representações, a linguagem dos mapas explicita o poder, por meio do acordo geral sobre o seu *status* e a sua necessária correspondência técnica com o mundo real. Os mapas, portanto, nos termos dessa análise, seriam diagramas, não que reproduzam as qualidades simples de seus referentes, mas por representarem as relações das partes de uma coisa por relações análogas com suas próprias partes¹⁰. O que se observava com as determinações nos primeiros anos da República, era a coexistência de dois espaços: um legal, que existia no corpo da lei, e outro real, que estava nas formas de orientação das pessoas. Caminhar pelas ruas da cidade com um mapa composto pela República e solicitar qualquer tipo de informação era perda de tempo. Não era a Pretoria ou Distrito que designava o local, mas sim a Freguesia. Os nomes das ruas modificados e registrados em placas não importavam muito para a população. O que vigorava era aquele antigo e mais adequado à sua história.

Lógico está que a espacialidade complexa das Áfricas Caríocas não existiam nesses registros, não fazendo parte das representações labirínticas da capital idealizada. Nas Pequenas Áfri-

cas, com seus terreiros¹¹, conjugando moradia, trabalho e prazer, negavam-se o discurso higienista, a moralidade burguesa de controle dos corpos, a especialização dos espaços, síntese da civilização e do progresso. Este espaço heterotópico, logo, sem fronteiras rígidas, inventado e reinventado constantemente, invadia as ruas, as praias, os morros, engendrando perigosas e conflitantes circularidades culturais.

NOTAS

¹AGCRJ códice 42-43-31, pp. 21.22

²ARENDT, Hanna. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1988, p. 33.

³SACKS, Oliver. *O Homem que confundiu a mulher com um chapéu*. Rio de Janeiro, Imago, 1988.

⁴SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

⁵Definição feita por Michel Foucault, em palestra (1967) denominada "Des espaces des autres", publicada mais tarde no periódico francês *Architecture-Mouvement-Continuité*, em 1986.

⁶CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo, Cia. das Letras. p. 67.

⁷MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Funarte, 1983.

⁸RIO, João do. (Paulo Barreto). *As Religiões do Rio*. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1976, p.19.

⁹RIO, João do. "Os Acampamentos da Miséria". In *História de Gente Alegre*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981, pp.79-84.

¹⁰Ver a respeito BANN, Stephen. "A Verdade em Cartografia". In *As Invenções da História*. São Paulo, UNESP, 1994, pp.239-262.

¹¹SANTOS, Juana E. dos. *Os Nagôs e a Morte - Páde, Asésé e o Culto Égun na Bahia*. Rio de Janeiro, Vozes, 1993. "Egbé é onde se renova a adoração das entidades sobrenaturais, dos orisá e dos ancestrais ilustres, os Éguns. Essas associações achavam-se instaladas em roças, que ocupavam um determinado terreno, o terreiro, termo que acabou sendo sinônimo de associação e do lugar onde se pratica a religião tradicional africana."